



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 8 – Informação e Tecnologia

A GESTÃO DE REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INFORMAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS BRASILEIROS

THE INSTITUTIONAL REPOSITORY MANAGEMENT: AN ANALYSIS BASED ON THE INSTITUTIONAL INFORMATION POLICIES OF THE BRAZILIAN FEDERAL INSTITUTES

Vanessa Oliveira de Macêdo Cavalcanti - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Edgar Bisset Alvarez - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: As políticas institucionais são instrumentos orientadores para o gerenciamento dos repositórios. Este estudo analisa as diretrizes referentes à gestão de Repositórios Institucionais dos Institutos Federais a partir das políticas institucionais de informação. Realiza o mapeamento dos institutos com repositórios em funcionamento e a busca de documentos institucionais. Classifica-se quanto de natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa de procedimentos de análise documental. Aponta que as políticas institucionais de informação dos RI dos Institutos apresentam diretrizes mais gerais voltadas à gestão, como a formação de comitês gestores. Observa-se uma vinculação junto às bibliotecas para a realização das atividades de apoio e gerenciamento dos RI. Recomenda-se a realização de investigações futuras que averiguem a efetivação das práticas gerenciais presentes dos RI nos Institutos.

Palavras-chave: acesso aberto; repositório institucional – gestão; política institucional de informação.

Abstract: Institutional policies are guiding instruments for managing repositories. This study analyses the guidelines for managing Institutional Repositories at Federal Institutes based on institutional information policies. It maps the institutes with repositories in operation and searches for institutional documents. It is classified as exploratory and descriptive in nature, with a qualitative approach using document analysis procedures. It points out that the Institutes' institutional IR information policies have more general guidelines aimed at management, such as the formation of management committees. There is a link with the libraries to carry out IR support and management activities. It is recommended that future research be carried out to ascertain the effectiveness of IR management practices at the institutes.

Keywords: open access; institutional repository - management; institutional information policy.

1 INTRODUÇÃO

Diante dos avanços tecnológicos ocorridos nos últimos tempos, o acesso à informação científica e tecnológica tem sido facilitado, principalmente por aqueles que fazem ciência. O recente cenário pandêmico da COVID-19 colocou em evidência quão fundamental é tornar disponível a informação científica e facilitar o processo de comunicação da ciência, com o intuito de dar mais celeridade às pesquisas e implementar soluções de enfrentamento (Queiroz *et al.*, 2021).

Somado ao avanço da estrutura tecnológica, entende-se que os esforços colaborativos a favor do acesso aberto ao conhecimento científico, potencializou tal mudança no processo de comunicação científica e, conseqüentemente, na publicização dos resultados de pesquisas. Frente a esta realidade, agregada a consolidação do Movimento do Acesso Aberto (*Open Access*), que se inicia em meados dos anos 2000, entende-se que os Repositórios Institucionais (RI) se tornaram peças fundamentais para o êxito da disseminação da informação científica.

Neste cenário, instituições passaram a implementar seus repositórios, de forma global, engajados pela crise dos periódicos na década de 80 causada principalmente pelas “políticas de restrições de direitos autorais e elevados custos das assinaturas de seus periódicos provocaram uma “revolta” das grandes universidades e de suas bibliotecas [...]” (Cunha; 2010, p. 15). Assim, como solução alternativa a essa problemática e com o auxílio dos *softwares* livres, o Movimento estabeleceu duas vias: a verde, que possibilita o autoarquivamento das produções pelos autores; e a dourada, que viabiliza a criação de periódicos em acesso aberto.

Os RI são espaços de disseminação da informação de uma comunidade específica e caracterizam-se como um sistema de comunicação científica (Costa, 2010). Para Leite (2009, p. 21) o repositório estabelece-se como espaço que reúne, organiza, armazena, preserva, recupera e dissemina, ele “consiste em um conjunto de serviços que [...] oferece para os membros da sua comunidade com vistas ao gerenciamento e disseminação”, além disso promove [...] “o aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa, do pesquisador e da instituição”.

No que se refere à política institucional de informação dos RI, compreende-se a como o meio que possibilita a institucionalização desses ambientes, e que para ser implementada, perpassa por discussões internas e externas, estudos teóricos e tecnológicos e a formação de grupos de trabalho. Em outras palavras, se configura como um documento normativo, o qual

é construído em concordância com a comunidade institucional. Além disso, para Leite (2009, p. 71) “é imprescindível que os responsáveis pela sua construção tenham dimensão das implicações contextuais, teóricas e práticas que envolvem o seu planejamento, implementação e funcionamento.

Conforme os estudos de Costa e Leite (2017, p. 140), há a existência de quatro tipos de políticas vinculadas ao RI, sendo: “1. política de funcionamento; 2. política de informação da instituição; 3. política de preservação de conteúdo; 4. política de direitos autorais”. Partindo dos tipos de políticas apresentadas pelos autores citados anteriormente, neste estudo optou-se pela investigação da política institucional de informação, pois corroborando com a afirmação de Leite (2009, p. 71, grifo nosso) este documento norteador deve contribuir para “[...] apresentar uma visão clara dos principais atores envolvidos no contexto do repositório; [...] estabelecer responsabilidades, [...]; povoar o repositório; torná-lo juridicamente viável; [...]; **facilitar o trabalho da equipe gestora do repositório**”.

Desta forma, evidencia-se a gestão destas unidades de informação, entendendo que as políticas institucionais de informação dos repositórios devem detalhar a atuação dos profissionais em seu gerenciamento.

Com relação às competências profissionais para a implantação e gestão de repositórios institucionais, Barbosa (2016, p. 22) mostra que para o pleno funcionamento do RI, necessitam de pessoal especializado, com competência para planejar, organizar, controlar e avaliar os recursos digitais, visando a qualidade dos serviços oferecidos”.

Quanto aos profissionais apontados a desenvolverem suas atividades junto ao repositório, Leite (2009, p. 38) ressalta que “bibliotecários, mais do que quaisquer outros profissionais, lidam com organização da informação”, além de atuarem em espaços mais vinculados às “questões da comunicação científica e da gestão da informação científica, conhecem suas comunidades e sabem identificar e lidar com necessidades de informação”.

Diante do exposto, o presente estudo parte da seguinte questão de pesquisa: As diretrizes relacionadas à gestão dos repositórios institucionais dos Institutos Federais (IF) estão contempladas em suas políticas institucionais de informação? Assim, estabeleceu-se como objetivo geral analisar diretrizes referentes à gestão do RI nas políticas institucionais de informação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No país são 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), sendo esta

constituída também por 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 24 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II (Brasil, 2008). No caso dos Institutos Federais, estes iniciaram a implantação ainda no ano de 2015 com o repositório institucional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)¹, por meio da aprovação da Política Institucional de Informação Técnico-Científica pelo Conselho Superior (CONSUP) (Cavalcanti; Nascimento; Lima, 2018).

Esta pesquisa pretende contribuir com as discussões teóricas em torno da gestão dos repositórios digitais, busca colaborar com o desenvolvimento de caminhos alternativos em revisões futuras das políticas de repositórios promovidas pelas instituições e auxiliar aquelas em fase de construção coletiva, tanto no âmbito da Rede Federal como em demais espaços institucionais.

2 OPÇÕES METODOLÓGICAS

A partir da delimitação da problemática e dos objetivos estabelecidos, classifica-se o presente estudo quanto a sua finalidade como de natureza exploratória e descritiva. Segundo Freitas, Bufrem e Breda (2016), estudos assim vão além do achado, atingindo um nível de observação capaz de interpretar as condições de um fenômeno, proporcionando aprofundamento dos temas. Quanto aos meios utilizados, trata-se de uma pesquisa documental ao analisar as políticas institucionais de informação dos RI dos Institutos.

No período que correspondeu de fevereiro a março de 2024, realizou-se o mapeamento das instituições no portal² do governo federal brasileiro, criando-se, posteriormente, uma lista no *google sheets* com os 38 Institutos Federais.

Seguindo, para a verificação dos IF com repositório institucional em funcionamento, consultou-se via *Google* fazendo uso do termo “repositório institucional” acrescida da sigla da instituição federal, e, logo depois, procedeu-se com a checagem do *link* e a identificação dos ambientes digitais. Após a identificação dos RI em funcionamento, buscou-se o documento da política institucional de informação. Pela ausência de algumas políticas nos sites dos repositórios, foi necessário buscar novamente as páginas oficiais das instituições para

¹ No primeiro semestre de 2015, em 12 de junho, por meio da Resolução n. 15, o Repositório Institucional é institucionalizando no IFRN. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/page/about> Acesso em: 11 jun. 2024.

² Ver informações em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>.

recuperar o documento. Após as tentativas, recorreu-se à plataforma Fala.BR para a solicitação dos documentos ausentes. Em resposta, algumas instituições informaram que não existia ou estava em fase de tramitação institucional. Contudo, dos 27 RI em funcionamento foram recuperadas 23 políticas constituindo o *corpus* da pesquisa.

Para a categorização dentro da área temática dos repositórios, apoiou-se no amplo estudo realizado por Costa e Leite (2017) sobre os RI na América Latina e o acesso aberto à informação científica, com destaque para a gestão dos repositórios institucionais. Assim, diante dos objetivos estabelecidos, foram consideradas as seguintes categorias de análise: a) arquitetura informacional: verificou-se as opções descritas nos documentos institucionais quanto ao tipo de estrutura, se organizacional, por tipo de documento, dentre outros; b) povoamento: objetivou-se caracterizar a maneira de entrada de arquivos no sistema, seja por depósito mediado ou autoarquivamento. Não foram observadas outras formas de povoamento; e, c) responsabilidade administrativa: buscou-se identificar a quem cabe o gerenciamento do RI.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos 38 Institutos foram identificados 27 com repositórios institucionais de publicação em funcionamento e 11 instituições que ainda não conseguiram realizar a implementação. Em dados percentuais, são 71,1% dos IF com repositório institucional em funcionamento. Em 2020, conforme apresentado no estudo de Porto, Cavalcanti, Nascimento, Mello e Alvarez (2021), 15 repositórios institucionais tinham sido criados nos IF, chegando a 39,5%. Ao comparar os dados, percebe-se que no período de 2020 a março de 2024, foram implantados 12 repositórios. Desse modo, visualiza-se que as instituições federais seguiram com a implementação mesmo no período pandêmico da Covid-19.

Durante a realização da pesquisa foram identificadas algumas situações, como a criação de *wikitest*, armazenamento de produções em *google drive*, além de uma instituição, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) campus Campos Centro, que dispõe de página para acesso a um ambiente digital desenvolvido em *Dspace*.

Sobre este último caso, conforme informações enviadas após contato via *e-mail*, trata-se de um ambiente criado e gerenciado pelo IFF campus Campos Centro para armazenar os

trabalhos de conclusão de curso (TCC) de graduação e da pós-graduação. Em resposta, foi dito que não se trata de um repositório institucional, pois é aplicado apenas a unidade Campos Centro sendo denominada como Biblioteca Digital Anton Darkitsch. A saber, além da unidade Campos Centro fazem parte do IFF outras 13 unidades. Sobre isso, a informação levantada demonstra que não há um consenso quanto a ampla utilização do ambiente digital como repositório pelo instituto. Desse modo, optou-se pela exclusão deste no quantitativo geral de RI pertencentes aos Institutos, sendo mantidos na pesquisa apenas os repositórios que representam a amplitude do IF.

Apresentamos, no quadro 1, o retrato dos repositórios institucionais de publicação nos 38 Institutos Federais.

Quadro 1 - Retrato dos RI dos Institutos Federais.

REGIÕES DO PAÍS	ITEM	INSTITUTO FEDERAL	SITUAÇÃO DO RI	POLÍTICA RI
CENTRO-OESTE	Brasília	Instituto Federal de Brasília (IFB)	Inexistente	Inexistente
	Goiás	Instituto Federal de Goiás (IFG)	✓	✓
		Instituto Federal Goiano (IFGoiano)	✓	✓
	Mato Grosso	Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)	Inexistente	Inexistente
	Mato Grosso do Sul	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)	Inexistente	Inexistente
NORDESTE	Alagoas	Instituto Federal de Alagoas (IFAL)	✓	✓
	Bahia	Instituto Federal da Bahia (IFBA)	✓	✓
		Instituto Federal Baiano (IFBaiano)	✓	Inexistente
	Ceará	Instituto Federal do Ceará (IFCE)	Inexistente	Inexistente
	Maranhão	Instituto Federal do Maranhão (IFMA)	Inexistente	Inexistente
	Paraíba	Instituto Federal da Paraíba (IFPB)	✓	✓
	Pernambuco	Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)	✓	✓
		Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão Pernambucano)	✓	✓
	Piauí	Instituto Federal do Piauí (IFPI)	✓	✓
	Rio Grande do Norte	Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)	✓	✓
	Sergipe	Instituto Federal de Sergipe (IFS)	✓	✓

REGIÕES DO PAÍS	ITEM	INSTITUTO FEDERAL	SITUAÇÃO DO RI	POLÍTICA RI
NORTE	Acre	Instituto Federal do Acre (IFAC)	✓	✓
	Amapá	Instituto Federal do Amapá (IFAP)	✓	✓
	Amazonas	Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	✓	✓
	Pará	Instituto Federal do Pará (IFPA)	✓	✓
	Rondônia	Instituto Federal de Rondônia (IFRO)	✓	✓
	Roraima	Instituto Federal de Roraima (IFRR)	✓	✓
	Tocantins	Instituto Federal do Tocantins (IFTO)	Inexistente	Inexistente
SUDESTE	Espírito Santo	Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)	✓	✓
	Minas Gerais	Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	✓	✓
		Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	Inexistente	Inexistente
		Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF SUDESTE MG)	Inexistente	Inexistente
		Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)	Inexistente	Inexistente
		Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)	✓	✓
	Rio de Janeiro	Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)	✓	✓
		Instituto Federal Fluminense (IFF)	Inexistente	Inexistente
	São Paulo	Instituto Federal de São Paulo (IFSP)	✓	✓
SUL	Rio Grande do Sul	Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	✓	Inexistente
		Instituto Federal Farroupilha (IFFar)	✓	✓
		Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL)	✓	Inexistente
	Santa Catarina	Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	✓	✓
		Instituto Federal Catarinense (IFC)	✓	Inexistente
	Paraná	Instituto Federal do Paraná (IFPR)	Inexistente	Inexistente

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Desses 27 repositórios em funcionamento, 23 aprovaram a política institucional, ou seja, 4 (IFBaiano, IFRS, IFSul e IFC) estão sem o documento que o formaliza junto a instituição federal. Sobre a ausência do documento, é preciso pontuar que as políticas são “entendidas como os documentos que regulamentam diversos aspectos relacionados à existência e o funcionamento dos RIs” (Costa; Leite, 2017, p. 140). Ademais, a ausência do documento torna o RI não institucionalizado.

Os resultados das análises objetivaram identificar as diretrizes de gestão nas políticas de informação dos repositórios institucionais dos Institutos Federais do país. Com relação à primeira categoria de análise a **ARQUITETURA INFORMACIONAL DO RI**, ainda que 4 institutos tenham optado pela organização por tipo de documento, 2 tenham adotado ambas as estruturas (organizacional e tipo documento), 6 IF tenham escolhido pela estrutura organizacional da instituição e 01 por adotar as áreas de conhecimento definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CPNq), observou-se que 10 instituições não especificaram em suas políticas nenhum dado sobre a organização dos conteúdos. Sobre este ponto, é importante considerar que a organização dos conteúdos nos RI implica diretamente na atuação gerencial das comunidades, subcomunidades e coleções, além de dificultar a recuperação de dados para as informações de uso gerencial. A ausência de informações e a não definição prévia dessa estrutura podem acarretar dificuldades futuras de gestão do repositório e de atribuições técnicas, como por exemplo, quanto a quem compete a revisão de metadados e a validação das produções.

Na segunda categoria, que corresponde ao **POVOAMENTO DOS REPOSITÓRIOS**, foi identificado que apenas 2 institutos não delimitaram em sua política a forma de inserção de produções no RI; 3 definiram pelo autoarquivamento; 6 deliberaram junto à comunidade pelo depósito exclusivamente mediado e 12 instituições estabeleceram o povoamento conjunto entre autoarquivamento, feito pelo autor, e o depósito mediado. Constatou-se que quando feita a opção pelo depósito mediado, as bibliotecas dos IF têm um papel fundamental no gerenciamento do RI, seja como administradores de comunidades ou de coleções. Conforme os estudos de Costa e Leite (2017, p. 148) “este tipo de depósito determina que outra pessoa, diferente do autor e normalmente vinculado à gestão do RI, execute o depósito dos documentos”.

Outro aspecto interessante é que a opção somente pelo autoarquivamento tem baixa adesão nos repositórios institucionais dos IF, possivelmente por esse formato requerer maior nível de engajamento e interesse da comunidade acadêmica em depositar suas publicações no repositório. Para Leite (2009, p. 86) os repositórios institucionais que têm adotado tal estratégia, atingiram índices positivos quanto a inserção de produções, pois a “[...] implementação da obrigatoriedade do arquivamento da produção científica é o fator primordial para que as taxas de depósito sejam consideravelmente aumentadas”. Além disso,

o autor pontua que os RI que estabeleceram a participação voluntária da comunidade apresentam baixas taxas de depósito das produções.

Na análise correspondente à categoria **RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA** percebeu-se a efetivação da gestão descentralizada dos RI dos institutos, em que a principal se refere ao comitê gestor, normalmente constituído por representações das pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão, diretoria de tecnologia da informação e sistema de bibliotecas da instituição. Com este perfil, 19 institutos registraram em suas políticas a formação do comitê gestor, abrangendo atribuições desde a implantação até a manutenção, sendo em linhas gerais: promover ações efetivas junto a comunidade para a visibilidade do RI, desenvolver atividades de monitoramento e avaliação, elaborar documentos normativos e políticas, contribuir para a capacitação técnica dos profissionais que atuam no repositório e da comunidade institucional, fornecer informações estatísticas e, como instância consultiva e deliberativa, conduzir decisões coletivas sobre questões pontuais relativas ao repositório institucional.

Ainda com relação a gestão do RI, 3 instituições afirmam que a coordenação ficará sob a responsabilidade do Sistema de Bibliotecas; 6 destacam a necessidade de equipe técnica ou executiva nos campi para o acompanhamento técnico; 1 declara que a gestão estará sob a responsabilidade de uma pró-reitoria e 1 instituto não especificou na política como se estabelecerá a gestão do repositório. Mas nos chama a atenção, que 5 institutos expuseram a necessidade da criação de um Setor de RI na estrutura organizacional da instituição para o gerenciamento das ações referentes ao repositório. Acredita-se que essa decisão tenha como base a necessidade de melhor consolidar o RI na instituição, bem como facilitar a articulação para as ações a serem realizadas. Observa-se nesse cenário a necessidade de atuação conjunta entre os comitês gestores (para deliberar as tomadas de decisão) e a equipe técnica do setor de RI (como gestora das ações, realizando as articulações necessárias junto aos campi para uma eficaz atuação na comunidade institucional).

Outro aspecto percebido nas análises é que, ainda que sejam atribuídas as responsabilidades administrativas dos repositórios institucionais a diferentes atores (como é o caso de profissionais de tecnologia da informação garantindo a manutenção do *software*), fica explícito que, com relação aos aspectos operacionais, há uma vinculação recorrente com as bibliotecas da instituição. Isso ocorre, possivelmente, pela familiaridade formativa de

práticas e procedimentos de gestão da informação que são recorrentes em tais unidades de informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das interpretações desta pesquisa, constatou-se que as políticas de informação dos repositórios institucionais vinculados aos Institutos Federais apresentam diretrizes generalistas a respeito da gestão dos repositórios. Além disso, não constam etapas operacionais detalhadas que possam servir como parâmetro ou balizadores para a equipe gestora do RI. Assim, diretrizes mais detalhadas, que podem ser em formato de manuais, são necessárias para que a operacionalização de diversas tarefas ocorra de forma mais sistemática e funcional. Para tal, recomenda-se que isso ocorra a partir de trabalho colaborativo entre uma coordenação efetiva do repositório institucional e a equipe técnica responsável pela execução de ações operacionais rotineiras da instituição.

Sobre o povoamento dos RI dos Institutos Federais, observou-se que em nenhum documento foi exposto sobre o depósito mandatório. Pondera-se que uma política mandatória em conjunto com uma infraestrutura tecnológica que possibilite a interoperabilidade entre sistemas heterogêneos, além da inclusão de diretrizes estabelecidas em editais de pesquisa e extensão das instituições, possa fortalecer as ações de povoamento do repositório. Paralelo a isso, levando em consideração a perspectiva da comunidade (servidores e discentes), que contribuirá com o povoamento, se faz necessária a elaboração e a disponibilização de materiais de instrução (como manuais, guias, vídeos, FAQ) nas páginas dos RI para auxiliá-los na realização do depósito das produções.

Quanto à responsabilidade administrativa do repositório institucional, entende-se que a formação do comitê gestor torna-se fundamental como espaço democrático para discussão e análise das questões de cada instituição, sendo uma instância que mais delibera e menos executa operações técnicas. Porém, compreende-se que seja imprescindível à efetivação da estrutura organizacional do RI na hierarquia do instituto, seja no âmbito das reitorias ou nos campi, pois a ausência de uma coordenação pode dificultar o empreendimento das atividades gerenciais e técnicas inerentes ao repositório. Assim, sugere-se também a inclusão das ações previstas para o RI no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), sejam aquelas voltadas tanto à implantação quanto à manutenção.

Ainda sobre o dever administrativo, as políticas demonstraram que os bibliotecários, pela competência formativa, assumem e executam as atividades técnicas de organização e representação da informação. Ademais, como gestores de unidades de informação têm a habilidade para gerenciar o repositório, definindo metas e estratégias futuras para melhoria no serviço (Robinson, 2007). Desta forma, conclui-se que os profissionais bibliotecários e as bibliotecas desempenham um papel fundamental na gestão das produções presentes nos RI, além disso é notório que a soma de esforços junto aos demais atores envolvidos nesse processo podem alcançar resultados satisfatórios e contribuir para que a gestão da memória institucional atenda aos anseios da comunidade a que serve.

Por fim, para estudos futuros, sugere-se investigações que possam verificar o grau de efetivação das práticas gerenciais previstas nos documentos, pontuando as dificuldades identificadas após a implementação e os desafios de gestão nas instituições de ensino descritas nesta pesquisa, bem como dos serviços de informação atinentes ao repositório institucional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. R. Mapeamento de competências para a implantação e gestão de repositórios institucionais. **BiblioCanto**, Natal, v. 2, n. 1, p. 21-34, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/7155>. Acesso em: 8 set. 2021

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 set. 2021.

CAVALCANTI, V. O. de M.; NASCIMENTO, B.; LIMA, L. Memória repositório institucional do IFRN: gênese, experiências e desafios. In: TABOSA, W. A. F. *et al.* **IFRN 10 anos de criação em mais de um século de história**. Natal: Editora do IFRN, 2018. p. 322-333. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1763>. Acesso em: 10 set. 2021.

COSTA, M. P. da. **Modelo de gestão de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/1548>. Acesso em: 16 set 2021.

COSTA, M. P. da C.; LEITE, F. C. L. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: IBICT, 2017.

CUNHA, M. B. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 6, p. 1-21, dez. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45601>. Acesso em: 16 set. 2021.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: IBICT, 2009. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/775>. Acesso em: 8 set. 2021.

PORTO, V. L. S. F.; CAVALCANTI, V. O. de M.; NASCIMENTO, B. L. C. do.; MELLO, D. A. A. de; ALVAREZ, E. B. Cenário dos repositórios institucionais: a realidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 218-238, 2021. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v12i2p218-238. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/183152>. Acesso em: 24 mar. 2022.

QUEIROZ, C. F. *et al.* A importância dos repositórios institucionais em períodos de pandemia: a inserção da produção científica sobre a COVID-19 no Arca – RI da Fiocruz. **Páginas A&B**: arquivos e bibliotecas, Porto, Portugal, S.3, nº especial ConfOA, p. 128-133, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46444>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ROBINSON, M. **Institutional repositories**: staff and skills requirements. SHERPA Document. 2007. Disponível em: www.sherpa.ac.uk/documents/sherpaplusdocs/notts-Repository%20Staff%20and%20Skills.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.